



## REFORMA EDUCACIONAL GOIANA E O MOVIMENTO “MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DE GOIÁS”: limites e possibilidades de atuação política em tempos de FACEBOOK <sup>1</sup>

Gabriel de Araujo Oliveira  
Mestrando em História  
Universidade Federal de Goiás

### RESUMO

O presente artigo aborda as formas de organização e de atuação política encontrada pelos professores da rede estadual de educação do Estado de Goiás em reação a Reforma Educacional promovida pelo governo no final de 2011. Em resposta ao governo, criaram o grupo Mobilização dos Professores de Goiás (MPG), por não concordar com as formas de atuação promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) e não se sentirem por eles representados. Através dos relatos orais dos professores, de matérias publicadas por periódicos regionais e nacionais, e ainda, por documentos publicados na rede social FACEBOOK, pretendemos examinar as possibilidades e limites que esses professores encontraram durante a greve da categoria de janeiro a março de 2012 e sobre como se inseriram no cenário político de Goiás.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Educação; Redes Sociais.

### ABSTRACT

This academic article addresses the issue of the ways of organization and political acting performed by the teachers of the state of Goiás's education network in response to the educational reform held by the state government at the end of 2011. As a replication to the government actions, these teachers formed the group Mobilização dos Professores de Goiás (Mobilization of Goiás's Teachers) as a means of showing their disagreement with the ways of proceeding performed by the Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Education Labors' Union of Goiás) and for feeling that the union did not express their ideal. This work intend to think over about the possibilities and boundaries that these teachers dealt with during the strike of their class in 2012, from January to March, as well as their insertion in the political setting of Goiás. To do so, oral reports from teachers, articles from regional and national newspapers and documents posted on the social network Facebook are used as sources.

### 1 INTRODUÇÃO

O movimento Mobilização dos Professores de Goiás (MPG) foi uma organização de professores que começaram a se reunir no início das reformas educacionais propostas pelo governo em 2011 e 2012 e conquistou espaço nas redes sociais da internet, promovendo ações durante a greve dos trabalhadores em Educação de Goiás em 2012 e conseguiu, aparentemente, mexer com as relações de poder pré-estabelecidas entre os indivíduos ligados à educação pública no Estado, do governo ao sindicato.

---

<sup>1</sup>Artigo apresentado como produto final do curso de Especialização em História Cultural.



A motivação para essa pesquisa surgiu da necessidade de levantar questões e reflexões acerca dos modos sociais cotidianamente vividos pelos trabalhadores em educação do Estado de Goiás partindo, principalmente, das múltiplas experiências destes trabalhadores na tentativa de compreendê-las e historicizá-las.

O conceito classe aqui é pensado partir de Thompson, que o analisa não como uma categoria de análise, não como uma coisa, mas algo que possui uma existência real e que nasce da experiência comum de algumas pessoas que sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e acabam por diferenciar dos outros com outros anseios. Assim, a classe reside na relação; enquanto as relações de classe se configuram nas relações de produção, as consciências de classe surgem da maneira como essas experiências vividas são elaboradas em termos culturais (THOMPSON, 2003).

A classe está em eterno um fazer-se e construída a partir da ação dos sujeitos em seu tempo histórico, e não é possível, simplesmente, estabelecer previamente o que é uma categoria de classe encaixando-a em uma teoria estrutural teoricamente pré-estabelecidas sobre ela. Não há como se ter ideias “a priori” sobre as classes por que elas se forjam entre as relações de produção, necessidade e consciência que são próprias em cada espaço histórico (THOMPSON, 1978).

O historiador não é neutro na sua pesquisa, ele possui referenciais teóricos prévios, simpatias ideológicas e experiência própria. Mesmo não podendo gozar do ideal pleno da neutralidade, o historiador deve estar atento a lógica de seu ofício: a lógica histórica.

Thompson chama de lógica histórica o método de investigação que se adequa a determinados materiais históricos na tentativa de testar hipóteses e eliminar procedimentos conformadores (THOMPSON, 1978).

As influências das perspectivas da História Social e da Nova História Cultural estão inseridas no presente artigo e pesquisa. Perpassam a escolha temática, o manuseio com as fontes, e a abordagem teórico-metodológica.



A presente pesquisa se voltou para a experiência dos trabalhadores em educação na greve do Estado de Goiás de 2012, pensando na abordagem da “história vista de baixo” levantada pelos historiadores da década de 1960 e 1970 (DWORKIN, 2004).

Utilizando do materialismo histórico como ferramenta de análise, jamais a experiência humana é aqui compartimentada como pretende o marxismo ortodoxo, ela é interpretada como um processo total que engloba todos os aspectos da vida cotidiana.

Foi escolhido aqui não fazer história sobre os heróis, grandes feitos ou mesmo com as imensas instituições políticas ligadas aos trabalhadores, mas sim com a experiência dos sujeitos “comuns”, aqueles trabalhadores da educação pública que estão “na ativa” e ainda não se inseriram nos cargos sindicais. Para lidar com essa demanda, os fatos deram luz para se poder trabalhar com uma fonte histórica inusitada até então: os movimentos nas redes sociais.

A popularização e socialização dos novos meios de comunicação como a internet, dispositivos móveis e *softwares* cada vez mais presentes em nosso cotidiano possibilitam novas formas de aglutinação de sujeitos que compartilham certas experiências e interesses.

O uso das redes sociais pela historiografia ainda é limitado, devido a o processo recente em que se encontra (o *facebook* foi fundado em 2004 e começou a se popularizar no Brasil no final dessa década).

O sistema de criação, organização e sintetização dos arquivos virtuais nas redes sociais é trabalhoso e exige bastante rigor para não se fazer da documentação um simples apoio das ideias, mas sim fontes de problematização que evidenciam aspectos da experiência e consciência dos sujeitos históricos. Não se trata de abrir a rede e coletar as informações propícias para a formulação de uma tese, é preciso se lançar a todas as evidências e vestígios documentais possíveis de se encontrar não para, simplesmente, corroborar uma tese, mas para trazer reflexões acerca dos modos cotidianamente vividos pelos sujeitos.

A escolha de novos objetos para a história com a emergência dos “novos sujeitos históricos”, além de se refletir sobre as abordagens necessárias para a construção da pesquisa



historiográfica também é importante abrir o leque das fontes das mais diversas possíveis para se construir uma história que possa englobar todos os aspectos da vida cotidiana. Se as redes sociais são hoje parte integrante do nosso cotidiano, reflexões sobre ela não poderia trazer mais esclarecimento sobre o processo pelo qual vivemos?

Ao final da década de 80, mais especificamente após a Constituição de 1988, alguns dos principais centros de luta dos trabalhadores como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) passaram por um processo de burocratização e “direitização” esfriando a luta pelos direitos dos trabalhadores que é, ao mesmo tempo, fruto e reflexo do refluxo dos movimentos sociais da década 1990 (DEMIER, 2008).

No pós-Guerra Fria e na explosão do neoliberalismo globalizado da década de 1990, os grupos sindicais no Brasil parecem ter se tornado parte integrante do sistema capitalista, os partidos ligados aos trabalhadores mostraram que em suas trajetórias se distanciam da sua base social original, seja pela tendência a burocratização, autoritarismo ou mesmo traição (LONER, 2008).

Os sindicatos brasileiros em sua maioria desde meados da década de 1980 estavam ligados a CUT, criada em 1982. Desde sua fundação, a central sempre esteve muito ligada ao PT.

O PT passou a assumir cada vez mais cargos no governo e assumir posturas bem mais brandas a partir da derrota eleitoral de Lula a presidência em 1989 e o desmoronamento da União Soviética deu uma grande contribuição ideológica para o recuo das lutas do partido. Alguns partidários assimilaram o neoliberalismo como resposta para a derrota do “socialismo como um todo” (LONER, 2008). Assim como o PT, a CUT e grande maioria de seus sindicatos também tomaram o mesmo rumo.

Os trabalhadores já não encontram, a partir da década de 1990, nos centros tradicionais de luta dos trabalhadores um ambiente propício a se desenvolver um combate eficiente contra os grupos de poder estabelecidos em nome das classes populares. Para que continuasse vivo e aguerrido na luta pelos seus direitos e interesses, as classes trabalhadoras



deveriam repensar suas posições e remodelar suas organizações e ações e através da elaboração da experiência reelaborar sua consciência.

Em meio a esse refluxo dos movimentos tradicionais de luta e da aparente perda de legitimidade dos sindicatos, a internet e as redes sociais criaram novos meios de debates que buscam novas maneiras de pensar e organizar a resistência dos trabalhadores.

Como, buscando uma independência e autonomia do sindicato, um grupo de professores conseguiu (ou não), se mobilizar, criar ações coletivas e atuar politicamente na greve de 2012? De que maneira as diferenças de opiniões, vivências e interesses conseguiram ou não se articular politicamente? Por que o grupo optou pela controversa posição que denominam de apartidária, e quais foram as potencialidades e limites da atuação através desse princípio? Até que ponto podemos considerar legítima a afirmação de uma “unidade de luta” dentro do grupo?

Essas são algumas questões que o presente artigo se propõe a levantar através da pesquisa sobre o grupo denominado “Mobilização dos Professores de Goiás”, que apareceu com força nas redes sociais e nas manifestações em favor da greve, causando certo incômodo, tanto ao governo quanto às direções sindicais.

## 2 A GREVE E O MPG

Na Terça-feira do dia 27 de Março, foi anunciada oficialmente a “suspensão” de greve dos professores e funcionários públicos do Estado de Goiás. A greve durou 51 dias e entre as propostas trazidas pelo governo para o fim do movimento paredista, o *Jornal Opção*, em seu sítio virtual, publicou:

As propostas do governador Marconi Perillo foram: discussão da volta da titularidade, das gratificações e do pagamento do piso; reajuste de 8% a 10% para professores P4; devolução do ponto cortado, caso seja apresentado calendário de reposição assinado pela representação da categoria; e, retirada dos processos administrativos abertos pela SEDUC (Secretaria de Estado da Educação)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Jornal Opção. Edição - 1916 - 25 a primeiro de abril. Retirado de endereço virtual do período.

O governo cedeu em alguns pontos (como na gratificação por mestrado/doutorado), entretanto, grande parte das propostas não apresentaram maiores novidades ou mesmo percebe-se nelas apenas a garantia dos direitos trabalhistas dos grevistas (devolução de ponto cortado, o pagamento salarial em dia ou a suspensão de processos administrativos contra grevistas).

Logicamente, a secretaria de Educação e o governo mostraram-se irredutíveis em seu programa de reforma da educação. O Sindicato dos professores de Goiás (SINTEGO) anunciou aos professores que as propostas seriam negociadas com o governo, os professores nas redes sociais se colocaram contra o fim da greve (mesmo aqueles que não aderiram) e desconfiados dessas negociações entre sindicato e governo.



Figura 1 - Charge sem autoria publicada no grupo do MPG no FACEBOOK em 01/03/12<sup>3</sup>

Nessa mesma matéria supracitada, o *Jornal Opção* relata os gritos de “ô, ô, ô, SINTEGO traidor” logo após a votação que deu fim ao movimento de greve. Os professores denunciavam que a votação foi manipulada pela cúpula da diretoria sindical, conforme relatado no periódico pelo professor Renato Régis: “assim como fizeram em 2010, na greve dos professores municipais, em que encerraram a greve, sem nem ouvir a assembleia.”<sup>4</sup> Esse confronto direto entre sindicato e professores foi marcado em todo o momento dessa greve de 2012, levados por uma grande

<sup>3</sup>Charge publicada pelo professor Carlos Roberthuz representa o então Secretário de Educação de Goiás, Thiago Peixoto(PSD), pisoteando a educação estadual. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=336186569761325&set=o.151916474910978&type=3>

<sup>4</sup>Jornal Opção. Edição - 1916 - 25 a primeiro de abril. Retirado de endereço virtual do período.



insatisfação pela maneira de atuação política do sindicato que tem como principal aliado a CUT, sendo a vice-presidente do sindicato Bia de Lima também tesoureira da central em Goiás.

O grupo denominado de Mobilização dos Professores de Goiás surgiu no final de 2011, pouco antes da greve que se iniciou em fevereiro do ano seguinte, a partir de reuniões e debates organizados por eles mesmos. O estopim que os levou a se reunir foi a reforma da matriz curricular pretendida naquele momento pelo Estado de Goiás que determinaria, entre outras, a redução para meia aula por semana para disciplinas como sociologia e filosofia. O professor Kester Miranda, da cidade de Itumbiara, expressou sua indignação em uma entrevista cedida para essa pesquisa:

Porque se for pensar no desenvolvimento do aluno, somente na área da educação física: uma aula de educação física por semana e nada é a mesma coisa. Duas é pouco. O ideal seria, no mínimo, três. Onde poderia se trabalhar as partes teóricas em uma aula e prática em duas; para desenvolvimento físico, mental e social. Aí, até que aqui na nossa escola, foi retirada uma aula, mas eu batalhei e consegui pegar umas de volta naquela “matéria eletiva”. Se não fosse isso... a única maneira<sup>5</sup>.

O professor deixa claro como a sua disciplina sofreu pedagogicamente com a perda de aulas, e que foi preciso “batalhar” dentro da unidade escolar para garantir as aulas de educação física. Além da perda pedagógica devido a perda e carga horária, há o fato de que o professor passou a ter que se mobilizar para manter sua carga horária semanal que é o que mantém o seus vencimentos, seus hábitos e família.

O Uso da História Oral cabe aqui como apoio e por não também confronto com os documentos através das redes virtuais. Seguindo as orientações de Portelli, através do diálogo interativo entre a fonte oral e o historiador os conteúdos de memória são evocados e organizados verbalmente. O relato da história não é um fim em si, ele visa a construção de um outro texto, através a pesquisa e sistematização das fontes. O historiador que opta em certo momento pela História Oral não deve apenas recolher a memória, mas deve provoca-las e contribuir também

<sup>5</sup> Entrevista cedida pelo professor da rede Estadual Kester Miranda residente em Itumbiara.



para sua construção, nunca perdendo de vista, claro, que se trata de um recorte do real e não o real em si. (PORTELLI, 2010)

Para debater alguns dos temas dessa nova matriz curricular, foi criado pelos professores um grupo na rede social *facebook* intitulado “mobilização a fim de discutir a matriz curricular do ensino médio”. Por meio de reuniões, panfletagens virtuais e de idas e vindas à secretaria de educação e à Assembleia Legislativa do Estado, esses professores conseguiram que as modificações fossem repensadas e reformuladas, como relatou o professor de rede estadual Luciano Ferreira:

E aí, a gente reuniu com ele (superintendente estadual de educação) e conversou e tal, aí depois a gente procurou o Conselho Estadual de Educação e a gente conseguiu reverter essa da matriz, então permaneceram as aulas de filosofia e sociologia, uma aula em regime anual. Educação física perdeu, espanhol também perdeu aula, inglês também perdeu aula<sup>6</sup>

Por meio dessa matriz e entre outras ações, o Estado mostrava o início da reestruturação na educação pública estadual que pretendia realizar o novo governo de Marconi Perillo (PSDB), iniciado no ano de 2011. O encarregado pela reforma e da pasta da educação foi o jovem político Thiago Peixoto (PSD), que logo tratou de erigir seu plano de educação voltado para as práticas neoliberais (LIBÂNEO, 2011), inspirado em proposta de organismos internacionais como Banco Mundial, OCDE, Unesco, entre outros e carregado de taylorismo, pedagogismo e tecnicismo (ROCHA JÚNIOR, 2012).

Essas medidas e práticas impostas nas comunidades escolares não foram aceitas internamente sem conflito ou indignação. Para se ter uma ideia de algumas das mudanças:

... o Thiago Peixoto, a primeira medida que ele teve foi tirar, foi fechar laboratórios, fechar bibliotecas, e então eu já me senti angustiado diante desse quadro, né? Acabar com os projetos, projetos que tinham sido vencedores nacionalmente, e em Goiás. Que eram os PRAEC's, né? Acabaram com o projeto da Escola Aberta no final de semana que atendia a comunidade, então foi uma série de arbitrariedades que foi me empurrando pra esse momento de luta<sup>7</sup>

<sup>6</sup>Entrevista cedida pelo professor Luciano Ferreira em 16/04/2012

<sup>7</sup>Entrevista Cedida por Thiago Oliveira Martins 20/04/2012.



O Professor Thiago Oliveira demonstra em seu relato a sua interpretação e enfatiza o modo arbitrário como ele percebeu as medidas tomadas que já anunciavam a reforma do secretário Thiago Peixoto. A angústia que o professor relata foi compartilhada por muitos dos professores dentro das discussões na rede sociais e apontavam a angústia que sentiam muitos professores em não poder participar efetivamente das reformas pretendidas pelo Estado, o que nos leva a reflexões sobre a autonomia decretada por lei e autonomia efetivada no cotidiano de trabalho (BARROSO, 1996).

Foi no grupo do FACEBOOK que discutia a matriz curricular, que o professor Luciano teve conhecimento do plano de reforma educacional que circulava na Assembleia Legislativa de Goiás. Criado pelo governo na representação do secretário Thiago Peixoto (PSD), visava a medidas como: achatamento da carreira para se adequar ao piso, retirada da titularidade, diminuição das gratificações, além de uma série de mudanças que iriam ser colocadas em prática já no início de 2012, que marcavam sérios ataques aos direitos adquiridos por lei dos trabalhadores.

A gente já estava nessa discussão dessa matriz, aí a gente fica sabendo... a gente criou um grupo lá na... no facebook, um grupo pra discutir a matriz e um dia a gente tava lá e chegou uma mensagem lá falando que tinha um projeto na Assembléia Legislativa e esse projeto foi aprovado e o projeto modificava o plano de carreira dos professores. Aí, foi lá, foi quando a gente foi lá na Assembléia, a gente ficou sabendo o teor, né? O projeto que retirava nossa titularidade, e que retirava a qualificação lá de mestre e doutor, e que reduzia a diferenciação de um cargo pro outro, então a partir daquilo ali, gerou uma revolta muito grande, a gente começou a organizar as coisas, começamos a reunir, aí foi aprovado o plano em dezembro, foi dia vinte, dia quinze, que aprovaram esse plano. A gente chamou uma reunião... e nisso aí, foi aprovado o plano, o SINTREGO saiu de recesso e deixou todo mundo a ver navios.<sup>8</sup>

Foi nessa circunstância de revolta com a força do governo em promover uma reforma educacional que feria drasticamente os direitos trabalhistas e diante de um aparente silêncio do

---

<sup>8</sup>Entrevista cedida pelo professor Luciano Ferreira em 16/04/2012.



sindicato<sup>9</sup>, grupos de professores na cidade de Goiânia tentaram criar novos espaços e meios de atuação política para professores dentro do Estado de Goiás:

fizeram uma reunião lá, meio que em cima da hora, aí no outro sábado a gente chamou uma reunião junto do nosso grupo junto lá com o grupo do Fernando, e tinha um outro grupo do pessoal da prefeitura e também foi, reunião bastante cheia, deve ter dado ali umas cem pessoas, a sala ficou pequena, a gente teve que ir pro pátio de tanta gente que deu. Por que o pessoal tava muito revoltado, aí o pessoal tava querendo ver o que iria ser feito, só que nessa reunião, a gente tirou muitos encaminhamentos, aí surgiu a sigla MPG, essa logo também do MPG, e aí a gente começou a organizar aos poucos, começando a organizar as panfletagens, fazer faixas, e aí foi... o surgimento do MPG se deu dessa forma.

Esses professores fundaram um grupo que, já nessa primeira reunião (não desprovida de embates), denominou-se apartidário, anti-eleitoreiro e autônomo.

A questão de apartidário foi, desde as primeiras reuniões do movimento contestada e controversa. A contradição se mostra no fato de que alguns membros pertenciam a partidos políticos e, mesmo assim, as manifestações de rua condenavam qualquer vinculação da luta com a imagem dos partidos.

Isso representa que, em certos grupos, criou-se uma certa descrença ou perda de legitimidade dos antigos centros de lutas em prol dos trabalhadores devido a inserção do Partido dos Trabalhadores aos quadros do governo e as práticas elitistas e clientelistas tão costumeiras da política brasileira e isso acompanhou o refluxo dos movimentos sociais que a CUT na década de 1980 levantou e aglutinou diversas áreas das classes trabalhadoras.

E é interessante notar, também que não há a total descrença por parte de todos. Relatou o professor Luciano Ferreira que havia pessoas no grupo ligadas a partidos, que se inseriram nesse espaço portando suas bandeiras e identidades.

Surgiram embates, no mesmo movimento havia um grupo que pretendia vincular a luta com os partidos de esquerda, outros ainda propunha a solução radical e ainda aqueles que não queriam vincular a luta a nenhum partido.

---

<sup>9</sup> Reparem como o professor propositadamente diz "SINTREGO" em alusão ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTEGO). Termo vexatório utilizado por ele representa veementemente sua insatisfação.



O fato de que venceu internamente a proposta de atuação apartidária demonstra que a ideia do grupo que queria construir a luta autonomamente aos sindicatos e partidos saiu, nesse momento, vitoriosa. Isso também não significa que, na prática, esses embates tornaram-se latentes e esquecidos.

...então a gente tinha ali uma desconfiança geral, mas... apesar do envolvimento dessas pessoas com o partido, a gente conseguiu ali envolver uma militância, envolver uma unidade na luta, então acho que isso foi o principal... a gente tem organizado aí as atividades, em algumas atividades a gente tem conseguido avançar, outras a gente não conseguiu avançar muito<sup>10</sup>

O princípio “anti-eleitoreiro” também é significativo, e demonstra certa repugnância dos membros do grupo quanto às propagandas políticas e as práticas comuns de aproveitamento das lutas populares pela elite política. A bandeira aceita era aquela a favor da educação, contra o governo e a reforma, ainda opondo-se as práticas clientelistas.

Essa escolha deixava os espaços de discussão abertos a todos aqueles que defendiam a educação, todos poderiam participar do grupo no *facebook*. E na prática, nas mobilizações, todos poderiam participar, mas não poderiam enaltecer partidos.

Além de procurar a não vinculação do movimento aos partidos, os membros demonstravam com esse caminho que não estavam dispostos a deixar que esses grupos políticos utilizassem o movimento para satisfazer seus interesses. O movimento não cobriria as bases de grupos que considerassem “interesseiros” e não efetivamente focados com a melhoria da educação.

Os dois primeiros princípios modeladores do movimento ajudam a explicar a intenção de autonomia do grupo. Se era para ser apartidário (tendo a luta pela educação o seu partido) e se não iriam levantar bandeiras de um grupo ou filiação partidária, também clamaram por autonomia tanto do sindicato quanto dos tradicionais partidos de esquerda.

Os chamados de três princípios básicos do movimento são expressivos se pensarmos na experiência que tinham os trabalhadores em educação em Goiás e muitos guardam muito

---

<sup>10</sup> Entrevista cedida pelo professor Luciano Ferreira em 16/04/2012.



ressentimento do SINTEGO pelas posturas adotadas nas últimas greves. O princípio é aquilo deve vir antes de tudo, são os valores pelos deve-se conduzir a postura ética. A escolhas desses três demonstram que o movimento queria, já em seu início, colocar-se contra pensava da postura do sindicato que é extremamente ligado a CUT, que sempre teve relações íntimas com o PT. A tentativa de afirmar que conduziram sua conduta de maneira apartidária, anti-eleitoreira e autônoma representava uma ação de negação contra as práticas adotadas por esses grupos de esquerda após a constituição de 1988.

“Até mesmo pra não ser utilizados como sindicatos, e até mesmo, como é feito com o SINTEGO, que é utilizado por alguns partidos políticos, pra fazer campanha, pra tirar proveito da luta, e da situação. Então, os membros do grupo do MPG, não tem esse interesse, assim, de almejar cargos dentro do governo, pelos menos assim, os que não são partidários né, não tem esse interesse. E também, não aceita que pessoas utilizem o MPG pra estar buscando se promover... Até mesmo porque, se fosse pra continuar dessa forma não precisava nem ter fundado o MPG, né? Continuava militando junto com o SINTEGO.”

O Grupo MPG no FACEBOOK atingiu uma marca de mais de 15 mil membros já em abril de 2012. Durante a greve houve um “boom” de entrada de membros. Lá os membros postavam seus relatos reportagens, charges, opiniões, etc.

Além de se tornar um aglutinador de pessoas ligadas à rede estadual de educação em Goiás, através desse meio virtual o pequeno grupo de professores em Goiânia pôde reportar suas atuações, seus posicionamentos nas assembleias, as críticas ao sindicato e ao governo. Foram postadas nas redes virtuais asfotos com os cartazes, vídeos com palavra de ordem, relatos ao vivo das manifestações, charges próprias; os debates surgiam através de comentários e dialogicamente as pessoas compartilhavam suas experiências.

O MPG fez uso desse novo meio de comunicação popularizado que são as redes virtuais, talvez ao observar os movimentos de 2011 da chamada Primavera Árabe onde os manifestantes fizeram crescer seus movimentos de luta na utilização desses novos meios.

O grupo demonstrou também uma postura de embate frontal com o governo, diferentemente das lideranças sindicais que ligadas intimamente a membros do Estado e inseridas na máquina política. Os membros do MPG demonstraram durante a greve que queria incomodar e



causar constrangimento no governo e se lançaram às mobilizações para lutar pelos seus direitos e para conseguirem o apoio da opinião pública.

Os movimentos eram marcados pelo facebook e após cada mobilização e tinha a intenção de ser incisivo e perturbar os políticos da Assembléia Legislativa e os ligados ao executivo, ocuparam a câmara, “caçaram” as entradas ao vivo das redes de televisão para mostrarem seus cartazes, enforcaram bonecos com os rostos do governador e secretário de educação em pleno terminal rodoviário, ocuparam reuniões de lideranças do governo, manifestaram silenciosamente em uma missa pelo aniversário do governador em uma Igreja da capital<sup>11</sup>, em um encontro com empresários e até mesmo em *shows*.

Mesmo com as mobilizações virtuais e reais, a greve terminou no dia 27 de Março, completando 51 dias. O descontentamento e o sentimento de derrota foi evidente, pois alguns dos pontos principais das reivindicações não foram tocados.

Com o fim do movimento paredista, o número de membros na rede social FACEBOOK se estabilizou, as mobilizações de rua se desgastaram e se esvaziaram. A Reforma Educacional do Estado de Goiás continuou a pleno vapor, bem como a instituição do sindicato que, mesmo desgastada e desacreditada por grande parte de seus professores, ainda é a instituição formal de representação da categoria dos professores em Goiás, ainda é gerida pelo mesmo grupo e ainda é estreitamente ligada a CUT e conseqüentemente, ao PT.

## O GOVERNO, O SINTEGO E O MPG

Partindo desse contexto, podemos nos perguntar como esses professores elaboraram suas experiências individuais. Como procuraram agir posicionando-se no seu “papel social” e como esses descontentamentos e aspirações se aglutinaram? Por que sentiram a necessidade de criar um grupo independente do sindicato e como a rede social FACEBOOK contribuiu para a comunicação, aglutinação e panfletagem?

---

<sup>11</sup>Fotografias da manifestação na porta da igreja estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=oa.193927684043190&type=1>. As imagens e relatos dessas manifestações também encontram-se no grupo do Facebook Mobilização dos Professores de Goiás.



O que se pode apreender dos relatos dos professores e das suas publicações nas redes sociais é a grande indignação com as atitudes do sindicato nas últimas greves estaduais (2001 e 2003) e com a ausência de um programa permanente e ativo de luta classista no estado por parte do mesmo.

O Governo do Estado de Goiás, com a implementação de uma nova Reforma Educacional, fez explodir a revolta dos professores, assim como o aparente silêncio do sindicato no início da Reforma Educacional fez com que esses trabalhadores sentissem a necessidade de se auto representar e realizar a resistência contra o governo de maneira autônoma ao SINTEGO, visto com desconfiança e tido como “pelego”.

Se entendermos classe como Thompson, como um processo em contínuo fazer-se e que nunca é algo já dado e pronto, é possível propor que o surgimento da rede social *facebook* favoreceu, e muito, o surgimento e as mobilizações do MPG no ano de 2011 e 2012, pois foi através dele que o grupo pode se articular e se comunicar entre si.

Com a perda de reconhecimento por grande parte dos professores e demais trabalhadores da educação com os sindicatos e partidos políticos, nesses sujeitos germinam necessidades de remodelação de seu papel social, de suas ações e representações políticas.

As redes sociais possibilitaram um espaço para se pensar e elaborar planos e ação, e até antes disso, de compartilhar experiências. O MPG surgiu no início de uma Reforma educacional articulada pelo Estado e até mesmo antes de serem decretadas entravam no grupo de discussão, como o caso da mudança de matriz curricular. Nesse novo espaço virtual chamado *facebook*, os sujeitos argumentavam entre si, marcavam reuniões, propunham suas ações de resistência e tentavam se espalhar o máximo nas redes.

Na rede social FACEBOOK, na página do MPG, os professores tinham a possibilidade de expressar suas opiniões e perspectivas a respeito das questões da classe. Tinham um espaço para apontar suas indignações e anseios e apresentar sua versão da história, dos acontecimentos atuais e até do que projeta ao futuro.



Então, se as redes sociais e em especial o *facebook* foi de suma importância para o MPG, as circunstâncias do momento político também foram propícias à luta. No caso, a Reforma Educacional que o Estado erigia denominada de “Pacto pela Educação”.

Exigia mudanças pedagógicas que acabavam por transformar o professor num mero “realizador de tarefas” (LIBÂNEO, 2011) e que colocava em xeque a autonomia administrativa e pedagógica do professor e da direção das unidades escolares do Estado. Havia na reforma uma medida que, em teoria, proporcionava aos professores o pagamento do piso salarial. Entretanto, na prática, o governo retirou cerca de 30% do salário dos professores ao retirar a gratificação por aprimoramento acadêmico.

Professores que tinham vencimentos em cerca de R\$2.000, recebiam um terço a mais como título (R\$500 a mais, no caso) e após o Pacto pela Educação o governador poderia dizer pagava piso, mas para muitos professores os ganhos não se efetivaram pois perderam um terço de salário por mês. A noção entre os professores de que a gratificação era um direito adquirido e inalienável era bem geral e, agora, os professores tinham um espaço para argumentar, xingar e até mesmo mobilizar. Poderiam fazer isso tudo na internet, serem reconhecidos, compartilhar vivências, enriquecer a consciência e a experiência.

Esse decréscimo salarial maquiado pelo discurso do pagamento do piso gerou muita revolta e indignação, como expressou o professor de sociologia da rede estadual de Goiás Elder Franca de Oliveira ao tecer suas críticas na página do MPG no FACEBOOK:

Pergunto aos cidadãos em geral: vocês ficariam satisfeitos se sua remuneração estivesse programada para, dentro da lei e de decisões da mais alta Corte do País, aumentar para R\$ 2.600,00 e, por obra de uma manobra do governo, e de protelação do cumprimento dessa decisão, esse aumento ficasse em R\$ 2.014,00? Leve-se em conta que esse governo prometeu – há vídeos, documentos e declarações do então candidato ao Governo Marconi Perilo - que o Piso seria pago logo no primeiro dia de seu governo, pois era apenas uma questão de “vontade política”. Leve-se em conta também que diversas categorias de funcionários, geralmente, comissionados, tiveram seus salários aumentados em até 300%. Esse governo levou os professores em

“banho-maria” por 12 meses, para ao final, aplicar seu golpe de misericórdia na já tão combatida auto-estima do professor. Esqueçam o discurso, a prática é outra.<sup>12</sup>

Para esquentar ainda mais a fogueira da revolta, foi na mesma época da greve que explodiu na mídia os casos de corrupção envolvendo políticos ativos no governo com o empresário contraventor Carlinhos Cachoeira tido como “chefe do jogo do bicho em Goiás”<sup>13</sup>.



Figura 2 - Fotografia de cartaz escrito para uma manifestação publicado no grupo do MPG no FACEBOOK no dia 15/02/15<sup>14</sup>

“ESTAREI NO SÁBADO E GRITAREI ATÉ ACABAR MINHA VOZ: MARCONI BICHEIRO ROUBOU O MEU DINHEIRO!<sup>15</sup>” Era o que escrevia no dia 11 de abril no FACEBOOK o professor de história do Estado de Goiás Thiago Martins. “Marconi, bicheiro, devolve meu dinheiro<sup>16</sup>” foi um dos gritos mais ouvidos durante a greve, escritos em cartazes nas manifestações ou nas publicações das redes sociais. A investigação da Polícia Federal chegou a se tornar CPI na

<sup>12</sup> Texto publicado no grupo do MPG no FACEBOOK no dia 20 de fevereiro de 2012 por Carival Gomes de Freitas em nome de Elder Franca de Oliveira. Disponível em:

<sup>13</sup> A revista Carta Capital dedicou inúmeras matérias sobre o escândalo político que envolvia líderes do governo Marconi Perillo e o contraventor Carlinhos Cachoeira. Uma dessas matérias está disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-crime-no-poder-2>

<sup>14</sup> Fotografia publicada pela professora Elza Melo no dia 15 de março de 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=339617912751155&set=o.151916474910978&type=3>

<sup>15</sup> <https://www.facebook.com/groups/mobilizacao.professores.go/permalink/204715856297706/>

<sup>16</sup> Frase muito cantada pelos professores durante a greve, tornou-se quase um grito de guerra ou palavra de ordem como podemos perceber em inúmeras publicações no grupo do MPG no FACEBOOK e que o periódico pragmatismo político relatou em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/03/populares-surpreendem-marconi-perillo-durante-visita-de-dilma-bicheiro-devolve-meu-dinheiro.html>



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e foi arquivada por entender que não havia maiores necessidades de investigação sobre o envolvimento do governo com o contraventor Carlinhos Cachoeira.

E foi nessas circunstâncias de conturbações políticas no governo de Marconi Perillo que se iniciou a Reforma Educacional no Estado de Goiás, o que contribuiu muito para a alastramento da indignação por parte dos professores.

Entretanto, para esses trabalhadores, o inimigo também era personificado na figura do sindicato, pois para eles, o SINTEGO agia com “conchavos” e era ligado a interesses partidários que não representavam realmente os trabalhadores. T tamanha era a indignação que, ao final da greve, muito se discutiu sobre um movimento de desfiliação em massa do sindicato por parte dos professores.

O professor Marco Antônio Cabral Cabral de Goiânia questionou na rede a postura do sindicato representado pela presidente Iêda Leal e Bia de Lima. Seu relato deixa claro a insatisfação dele com o SINTEGO e acusa o sindicato de aparelhar a luta dos trabalhadores e até mesmo trair dando levando a luta para fins particulares:

Elas estão muito felizes pra assinar um acordo que tirou direitos dos professores. Será que dão risadas das nossas passeatas, cabeças ao sol, suados, e elas em cima do caminhão, procurando palavras de ordem contra o governo que possam nos convencer do comprometimento das mesmas com a nossa luta. Será que festejaram a "derrota" dos colegas do MPG na última assembléia, como se isso fosse uma vitória de um grupo contra o outro. O Sintego diz que os professores não podem só ficarem reclamando do sindicato, que o sindicato são os professores. Agora, essa e outras greves me mostraram uma coisa, a greve só começa e termina quando o sindicado quer. Quando o movimento é forte e representativo, querendo a continuação da greve, o sindicato interfere e dá o rumo que deseja a luta<sup>17</sup>

Se o descontentamento com o sindicato já era presente antes da reforma e da greve, talvez um dos principais motivos de crescimento do grupo na rede, após o movimento paredista, a não identificação com o SINTEGO tornou-se cada vez mais aparente, os professores buscavam a desfiliação ou pelo menos destilavam suas verdades sobre o sindicato na redes.

---

<sup>17</sup> Ibidem.

Entretanto, o sindicato colocou fim à greve em 27 de março alegando haver um acordo com o governo, mesmo sob uma convulsão de reclamações e protestos por grande parte dos professores.



Figura 3 - Charge sem autoria publicada no grupo do MPG no FACEBOOK no dia 29/03/12<sup>18</sup>

A não identificação e o sentimento de que o sindicato não os representa gerou o sentimento tanto de revolta (“Se hoje eu tivesse a infelicidade de encontrar esses bandidos na minha frente eu faria picadinho deles, estou tão revoltada que não mediria as consequências”<sup>19</sup>) quanto de desânimo e desolação.

O SINTEGO terminou a greve com um acordo com o governo estadual. A investigação das ligações do governo com o contraventor Carlos Cachoeira foi arquivada, o governo intensificou a propaganda política na grande mídia para melhorar sua imagem e vender sua Reforma Educacional. Os professores, voltaram às suas atividades cotidianas sem a gratificação que fora retirada de seus contracheques; muitos sofreram perseguições de colegas e de suas respectivas direções escolares. O governo voltou atrás e retornou a gratificação de titularidade mestrado

<sup>18</sup> Charge publicada pelo professor e cartunista Marcos Roberto no grupo do MPG no FACEBOOK no dia 29/03/2012 logo após o encerramento da greve pelo SINTEGO. Na Imagem, o artista representa uma clara referência para o corte do governador Marconi Perillo na educação com o apoio da Presidente do SINTEGO Iêda Leal. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2987318054437&set=o.151916474910978&type=3>

<sup>19</sup> Comentário escrito pela professora Ângela Rodrigues de Almeida no dia 7 de abril de 2012 no grupo do MPG no FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3838379728772&set=o.151916474910978&type=3>



(40%) e doutorado (50%), mas não aqueles preciosos 30% que muitos trabalhadores por um tempo se acostumaram a receber.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como os professores elaboraram essa revolta e a não identificação com o sindicato, bem como apreender como e por que procuraram traçar possibilidades de atuação política autonomamente são questões cruciais para esta presente pesquisa de mestrado que nesse artigo tratamos e sobre a qual há ainda muito o que se pesquisar e refletir.

O grupo enfrentou diversos problemas, foi acusado de dividir a classe; não possuía verbas suficientes para bancar algumas manifestações, visto que dependiam de contribuição dos professores, a chamada “vaquinha”; não conseguiram disseminar suas manifestações por todo o Estado, concentrando-se mais na capital; e ao final da greve, viram se esvaziarem as mobilizações de rua, voltando-se apenas para as publicações e debates na rede social FACEBOOK.

A popularização da internet e dos meios de comunicação trouxe novas possibilidades de aglutinação e mobilização social, entretanto não se apresentam por si só como suficientes para gerar profundas mudanças nos cenários políticos ocupados pelos tradicionais centros de poder.

Muito embora a popularização da internet tenha se propagado rapidamente no Brasil, ela é ainda pode ser considerada historicamente recente. A internet só começou a se popularizar nos anos 2000 e o próprio *facebook* foi fundado em 2004. Ainda é por demais recente e constituiu-se num processo que ainda estamos por assistir e nele ainda estamos inseridos e nos torna difícil determinar as reais mudanças que ocasionaram em nossa sociedade.

Mesmo assim, é imperativo que se levante reflexões sobre esse processo de inserção em meios virtuais que promovem novas formas de socialização que mesmo não sendo concretas (literalmente dizendo) tornam-se parte integrante da vida cotidiana dos sujeitos e são inseridas e elaboradas com as vivências.

O MPG está inserido nesse momento de popularização desses novos meios de comunicação e coincide também com a ascensão do PT com Lula no cargo máximo do executivo



que parece ter aumentado ainda mais o refluxo dos movimentos sociais da década de 1990. A CUT que já era, desde a década de 1980, a maior central sindical do país agora estava intimamente ligada ao governo federal (uma ligação de berço, desde o início das duas entidades)

O que podemos avaliar é que parte da classe de professores do estado de Goiás sentiu a necessidade de criar ou participar do MPG para remodelar seu papel na luta social, que era ocupada majoritariamente pelo SINTEGO. Durante os atritos da implementação de uma polêmica Reforma Educacional e da crise política do governo estadual devido a escândalos graves de corrupção os professores fizeram uso desse novo meio de se comunicar: as redes sociais.

O grupo não conseguiu organizar mobilizações maiores e contundentes após a greve e mesmo sem conquistar muitas das reivindicações, aos professores ficou a experiência e o grupo ainda existe no *facebook* e ainda possui cerca de 20 mil membros “virtuais”, o governador Marconi Perillo pretende terceirizar a educação e o PT e a CUT continuam ligados ao executivo e, cada vez mais bombardeados por escândalos. Realmente, parece que a queda da União Soviética e as longas décadas 1980 e 1990 não foram o fim da história.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, João. **O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída.** In: BARROSO, João. **O Estudo da Escola.** Porto Porto Ed, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica.” In: **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DEMIER, Felipe. **Das lutas operárias às reformas reacionárias: uma proposta de periodização para a história do Partido dos Trabalhadores.** IN: Revista História e Luta de Classes. Ano 4 – Edição nº5, Abril 2008

DWORKIN, Dennis. **E.P. Thompson: Historiador militante, militante historiador.** Tradução de Aparecida Darc de Souza e Rinaldo José Varussa. IN: Revista História e Perspectivas, Uberlândia (1): 91-113, jan-jun.2014

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos.** 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



KHOURY, Yara Aun. "Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História." In: **Muitas Memórias, Outras Histórias**. FENELON, D.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (orgs). São Paulo: Olho D'Água, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Considerações críticas sobre o documento "Diretrizes do Pacto pela Educação: Reforma Educacional Goiana"**- Setembro de 2011.

LONER, Beatriz Ana. **APRESENTAÇÃO – A classe trabalhadora, suas lutas e organizações com Eurelino Coelho e Marcelo Badaró Mattos** . IN: Revista História Luta de Classes – Ano 4 – Ed. Nº5. Abril, 2008. Com Eurelino Coelho e Marcelo Badaró Mattos

PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente**. Revista Projeto História, nº 14. São Paulo, fevereiro de 1997.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de história oral**. [seleção de textos Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago: tradução Fernando Luiz cássio e Ricardo Santhiago]. São Paulo: letra e Voz, 2010 (coleção Ideias)

ROCHA JÚNIOR, Antônio Gonçalves. **Contrarreformas educacionais e o pacto pela educação / Antônio Gonçalves Rocha e Renato Regis do Carmo**. Goiânia: PUC-GO: Kelps, 2012.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, volume I, 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.